



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150761 - MG (2021/0230834-7)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : W G M (PRESO)
ADVOGADO : JANAINA MARIA BATISTA - MG186909
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por W G M contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.110498-9/000).

O recorrente foi preso em flagrante como incurso no art. 33 da Lei n. 11.343/2006, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Sustenta a fragilidade das provas quanto à autoria delitiva.

Alega que seria primário, de bons antecedentes, com endereço certo e profissão lícita, predados que lhe autorizariam a responder solto à ação penal.

Defende que, em caso de eventual condenação, fará jus ao redutor previsto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, pelo que seria desproporcional a sua segregação antecipada.

Aduz que não teria sido apresentada fundamentação idônea para a manutenção da custódia cautelar, reputando ausentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva.

Argumenta que a hipótese dos autos comportaria a substituição da prisão por providências cautelares menos gravosas (art. 319 do Código de Processo Penal).

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão cautelar, ainda que com aplicação de medidas cautelares alternativas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, constata-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão do recorrente, consoante se extrai da seguinte passagem (fls. 112-114):

[...]

Verifico, com efeito, que a prática delitiva supostamente empreendida pelo paciente encontra-se bem explicitada nos elementos carreados aos autos devidamente apontados na decisão que converteu sua prisão em flagrante em preventiva (ordem 04, fs. 03/04), estando presentes os indícios de autoria e a materialidade delitiva, bem como os requisitos dos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal, os quais, aliás, se afiguram suficientes não apenas à decretação, mas à própria manutenção do acautelamento preventivo.

[...]

A argumentação trazida na mencionada decisão e os

elementos encartados no processo estão todos endereçados à conclusão de que a prática do suposto crime, tal como se deu, revela destacada gravidade concreta, cujo "modus operandi" não parece se coadunar com atividade meramente isolada ou eventual, tendo em vista, sobretudo, que é noticiado nos autos que teria sido apreendida grande quantidade de droga em tese destinada ao comércio ilícito cuja posse é atribuída ao paciente, a saber, 306g de maconha (Exames Preliminares em ordem 02, f. 16).

Com efeito, essas são circunstâncias que potencializam a análise de cuidado e proteção ao corpo social a ser feita no juízo de risco próprio desta fase processual(juízo de periculosidade e não juízo de certeza), o que me leva a acreditar que não se pode, in casu, falar em ilegalidade da decisão constritiva, constituindo-se a manutenção da segregação do paciente em medida necessária para o efetivo resguardo da ordem pública.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência